

SUMÁRIO

PARTE I – TEMAS DE AÇÃO PENAL

1

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL 35

1.1. CONCEITO.....	35
1.2. REQUISITOS.....	35
1.3. CONDIÇÕES	36
1.4. VEDAÇÕES À CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	36
1.5. COMO PODE CAIR	36

2

AÇÃO PENAL 39

2.1. CONCEITO.....	39
2.2. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA.....	39
2.3. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO	39
2.3.1. Noções introdutórias	39
2.3.2. Natureza jurídica da representação.....	40
2.3.3. Identificação	40
2.3.4. Lesão corporal leve e lesão corporal culposa.....	40
2.3.5. Titular do direito à representação.....	41
2.3.6. Prazo.....	41
2.3.7. Retratabilidade.....	41
2.3.8. Consequências da falta de representação e como pode cair	41
2.4. AÇÃO PENAL PRIVADA	42
2.4.1. Identificação	42
2.4.2. Titular	42
2.4.3. Prazo para oferecer a queixa-crime.....	42
2.4.4. Renúncia ao direito de queixa	43
2.4.5. Perdão do ofendido.....	43

PARTE II – PEÇAS PROCESSUAIS

PEÇAS IMPRESCINDÍVEIS

1

QUEIXA-CRIME 49

1.1. IDENTIFICAÇÃO	49
--------------------------	----

1.2. ENDEREÇAMENTO.....	49
1.3. BASE LEGAL	50
1.4. PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECIAIS.....	50
1.5. LEGITIMIDADE	51
1.6. PRAZO.....	51
1.7. REQUISITOS DA QUEIXA.....	51
1.8. PEDIDOS.....	51
1.9. ROL DE TESTEMUNHAS.....	52
1.10. ESTRUTURA DA QUEIXA-CRIME	53
1.11. PEÇA RESOLVIDA.....	55

2

RESPOSTA À ACUSAÇÃO	57
----------------------------	-----------

2.1. INTRODUÇÃO	57
2.2. DENÚNCIA OU QUEIXA E CAUSAS DE REJEIÇÃO.....	57
2.3. DA CITAÇÃO	58
2.4. PEÇA OBRIGATÓRIA.....	59
2.5. IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA	60
2.6. BASE LEGAL	61
2.7. PRAZO.....	61
2.8. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	62
2.9. PEDIDO	64
2.10. PRODUÇÃO DE PROVAS E ROL DE TESTEMUNHAS	64
2.11. RECURSOS	65
2.12. ESTRUTURA DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO	65
2.13. PEÇA RESOLVIDA.....	65

3

MEMORIAIS	69
------------------	-----------

3.1. DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO	69
3.2. IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA	69
3.3. BASE LEGAL	71
3.4. PRAZO.....	71
3.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	71
3.6. PEDIDO	76
3.7. ESTRUTURA DOS MEMORIAIS.....	77
3.8. PEÇA RESOLVIDA.....	77

4

APELAÇÃO	81
-----------------	-----------

4.1. CABIMENTO	81
4.2. IDENTIFICAÇÃO	81
4.3. BASE LEGAL	83
4.4. PRAZO.....	83
4.5. LEGITIMIDADE DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO	84
4.6. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	84
4.7. PEDIDO	89
4.8. ESTRUTURA DO RECURSO DE APELAÇÃO.....	89
4.9. PEÇA RESOLVIDA.....	91

5

CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO 95

5.1. INTRODUÇÃO	95
5.2. IDENTIFICAÇÃO	95
5.3. BASE LEGAL	96
5.4. PRAZO.....	96
5.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	96
5.6. PEDIDOS.....	97
5.7. ESTRUTURA DAS CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO.....	97
5.8. PEÇA RESOLVIDA.....	97

6

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 101

6.1. INTRODUÇÃO	101
6.2. HIPÓTESES DE CABIMENTO	101
6.3. PRAZO.....	105
6.4. LEGITIMIDADE	106
6.5. EFEITO REGRESSIVO OU JUÍZO DE RETRATAÇÃO	106
6.6. ESTRUTURAÇÃO	106
6.7. PEÇA RESOLVIDA.....	107

7

AGRAVO EM EXECUÇÃO 109

8

REVISÃO CRIMINAL 111

9

RELAXAMENTO DA PRISÃO 113

10

APELAÇÃO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO 115

10.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	115
10.2. BASE LEGAL	116
10.3. PRAZO.....	116
10.4. CONTEÚDO.....	116
10.5. ESTRUTURA.....	116
10.6. PEÇA RESOLVIDA.....	117

PEÇAS MUITO RELEVANTES

1

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE 121

1.1. INTRODUÇÃO	121
1.2. IDENTIFICAÇÃO	121

1.3. BASE LEGAL	121
1.4. LEGITIMIDADE PARA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	121
1.5. PRAZO.....	121
1.6. CABIMENTO DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE.....	122
1.7. FORMA E COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO	122
1.8. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	122
1.9. ESTRUTURA.....	122
1.10. PEÇA RESOLVIDA.....	123

2

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	125
---	-----

2.1. INTRODUÇÃO	125
2.2. IDENTIFICAÇÃO	125
2.3. BASE LEGAL	125
2.4. CABIMENTO EM MATÉRIA PENAL	125
2.5. PRAZO E PROCESSAMENTO	126
2.6. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	126
2.7. PEDIDO	127
2.8. ESTRUTURA.....	127
2.9. PEÇA RESOLVIDA – AUTURAL	127

3

DEFESA PRELIMINAR NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO	129
--	-----

3.1. INTRODUÇÃO	129
3.2. IDENTIFICAÇÃO	129
3.3. BASE LEGAL	129
3.4. PRAZO.....	129
3.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	130
3.6. ESTRUTURA DA PEÇA.....	130
3.7. PEÇA RESOLVIDA.....	130

4

DEFESA PRELIMINAR – LEI DE DROGAS (LEI Nº 11.343/2006)	133
---	-----

4.1. INTRODUÇÃO	133
4.2. IDENTIFICAÇÃO	134
4.3. BASE LEGAL	134
4.4. PRAZO.....	134
4.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	134
4.6. ESTRUTURAÇÃO DA PEÇA.....	134
4.7. PEÇA RESOLVIDA AUTURAL.....	135

5

CARTA TESTEMUNHÁVEL	137
----------------------------	-----

5.1. CONCEITO.....	137
5.2. BASE LEGAL	137
5.3. IDENTIFICAÇÃO	137
5.4. PRAZO.....	137
5.5. CABIMENTO/CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	137
5.6. ESTRUTURAÇÃO DA CARTA TESTEMUNHÁVEL	138
5.7. PEÇA RESOLVIDA ADAPTADA	139

PEÇAS RELEVANTES

1**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** 143

1.1. CABIMENTO	143
1.2. IDENTIFICAÇÃO	143
1.3. BASE LEGAL	143
1.4. PRAZO.....	143
1.5. DO DIREITO /TESES.....	143
1.6. EFEITO INTERRUPTIVO	143
1.7. ESTRUTURA DO RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	144

2**QUEIXA-CRIME SUBSIDIÁRIA** 145

2.1. CABIMENTO	145
2.2. IDENTIFICAÇÃO	145
2.3. BASE LEGAL	145
2.4. PRAZO.....	145
2.5. REQUISITOS DA QUEIXA-CRIME SUBSIDIÁRIA – ART. 41 DO CPP	146
2.6. PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECIAIS.....	146
2.7. VALOR INDENIZATÓRIO MÍNIMO	146
2.8. ESTRUTURA	146
2.9. PEÇA RESOLVIDA AUTORAL.....	147

3**RAZÕES DE APELAÇÃO** 149

3.1. INTRODUÇÃO	149
3.2. IDENTIFICAÇÃO	149
3.3. BASE LEGAL	150
3.4. PRAZO.....	150
3.5. DO DIREITO/TESES.....	150
3.6. PEDIDO	150
3.7. ESTRUTURA.....	150
3.8. PEÇA RESOLVIDA.....	151

4**CONTRARRAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO** 155

4.1. INTRODUÇÃO	155
4.2. IDENTIFICAÇÃO	155
4.3. BASE LEGAL	155
4.4. PRAZO.....	155
4.5. DO DIREITO/TESES.....	155
4.6. PEDIDO	156
4.7. ESTRUTURA.....	156
4.8. PEÇA RESOLVIDA.....	156

5**CONTRARRAZÕES DE AGRAVO EM EXECUÇÃO** 159

5.1. INTRODUÇÃO	159
-----------------------	-----

5.2. IDENTIFICAÇÃO	159
5.3. BASE LEGAL	159
5.4. PRAZO.....	159
5.5. DO DIREITO/TESES.....	159
5.6. PEDIDO	159
5.7. ESTRUTURA.....	159
5.8. PEÇA RESOLVIDA AUTORA.....	160

6

RECURSO ESPECIAL	163
-------------------------------	-----

6.1. INTRODUÇÃO	163
6.2. IDENTIFICAÇÃO	163
6.3. BASE LEGAL	163
6.4. CABIMENTO/CONTEÚDO	163
6.5. PRAZO, INTERPOSIÇÃO E PROCESSAMENTO.....	164
6.6. PREQUESTIONAMENTO.....	164
6.7. DEMONSTRAÇÃO DA RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE DIREITO FEDERAL INFRACONSTITUCIONAL.....	164
6.8. ESTRUTURAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL	165
6.9. PEÇA RESOLVIDA	165

7

RECURSO EXTRAORDINÁRIO	167
-------------------------------------	-----

7.1. INTRODUÇÃO	167
7.2. IDENTIFICAÇÃO	167
7.3. BASE LEGAL	167
7.4. PRAZO E INTERPOSIÇÃO.....	167
7.5. CABIMENTO/CONTEÚDO	167
7.6. PREQUESTIONAMENTO.....	168
7.7. REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS.....	168
7.8. ESTRUTURAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	168

PARTE III – TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL

1

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	173
---------------------------------------	-----

1.1. JURISDIÇÃO	173
1.2. COMPETÊNCIA.....	173
1.2.1. Espécies de competência	174
1.2.2. Critérios de fixação da competência.....	174
1.2.3. Determinação do foro competente.....	175
1.2.4. Competência em crime continuado e crime permanente	175
1.2.5. Competência pelo domicílio ou residência do réu	175
1.2.6. Competência pela natureza da infração	175
1.2.7. Competência por distribuição	176
1.2.8. Causas modificadoras da competência (conexão ou continência).....	176
1.2.8.1. Competência por conexão.....	176
1.2.8.2. Competência por continência	177
1.2.8.3. Foro prevalente.....	177
1.2.9. Da competência por prevenção	178
1.2.10. Da competência por prerrogativa de função.....	178

1.2.10.1. Competência do Supremo Tribunal Federal: art. 102, inciso I, alíneas “b” e “c”, CF.....	179
1.2.10.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça: art. 105, inciso I, alínea “a”, CF.....	179
1.2.10.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais: art. 108, inciso I, alínea “a”, CF.....	179
1.2.10.4. Competência dos Tribunais de Justiça: art. 96, inciso III, CF.....	179
1.2.10.5. Competência para julgar prefeitos municipais: art. 29, inciso X, CF.....	180
1.2.11. Competência da Justiça Federal.....	180
1.2.12. Competência da justiça militar.....	183
1.2.13. Competência criminal da justiça eleitoral.....	183
1.2.14. Justiça política ou extraordinária.....	183
1.2.15. Restrição ao foro por prerrogativa de função.....	183
1.2.16. Marco para o fim do foro.....	184
1.2.17. Crime de moeda falsa.....	184
1.2.18. Justiça estadual.....	184
2	
DA PROVA	187
2.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO.....	187
2.2. PRESUNÇÕES LEGAIS.....	187
2.3. PRINCÍPIOS IMPORTANTES.....	187
2.4. SISTEMAS DE APRECIÇÃO DAS PROVAS.....	188
2.4.1. Sistema do livre convencimento motivado.....	188
2.4.2. Sistema da íntima convicção.....	188
2.4.3. Sistema da prova tarifada, da verdade legal ou da certeza moral do legislador.....	188
2.5. ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO X ELEMENTOS DE PROVA (ANÁLISE DO ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL).....	188
2.6. ÔNUS DA PROVA.....	189
2.6.1. Introdução.....	189
2.6.2. Distribuição.....	189
2.7. PODERES INSTRUTÓRIOS DO MAGISTRADO - (ART. 156 DO CPP).....	189
2.8. PROVAS ILEGAIS, VEDADAS OU PROIBIDAS.....	190
2.9. EXCEÇÕES OU LIMITAÇÕES À ADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO.....	191
2.9.1. Utilização de prova ilícita em favor do réu e em favor da sociedade.....	191
2.10. PROVAS EM ESPÉCIE.....	191
2.10.1. Provas Ilícitas e a Inviolabilidade do sigilo das comunicações.....	191
2.10.1.1. Comunicações telefônicas.....	191
2.10.1.2. Interceptação de Dados (e-mails, MSN, chat, sites etc.).....	194
2.10.1.3. Interceptações Ambientais.....	194
2.10.2. Sigilo de correspondência - (Art. 5º, inciso XII, primeira parte, da CF/88).....	195
2.10.3. Exame de Corpo de Delito - (Arts. 158 a 184, todos do CPP).....	195
2.10.3.1. Aspectos Importantes.....	196
2.10.3.2. Outras Perícias.....	196
2.10.4. Cadeia de Custódia.....	196
2.10.5. Interrogatório - (arts. 185 a 196, todos do CPP).....	198
2.10.6. Confissão.....	199
2.10.7. Perguntas ao Ofendido.....	200
2.10.8. Prova Testemunhal.....	200
2.10.9. Reconhecimento de Pessoas e Coisas – Arts. 226 a 228 do CPP.....	202
2.10.10. Busca e Apreensão – Arts. 240 a 250 CPP.....	202
3	
EMENDATIO LIBELLI E MUTATIO LIBELLI	205
3.1. INTRODUÇÃO.....	205
3.2. EMENDATIO LIBELLI.....	205

3.2.1.	Conceito.....	205
3.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> e suspensão condicional do processo – art. 383, § 1º, CPP	206
3.2.3.	Desclassificação – art. 383, § 2º, CPP	206
3.3.	MUTATIO LIBELLI	207
3.3.1.	Procedimento da <i>mutatio libelli</i>	207
3.3.2.	Exclusividade dos crimes de ação pública	207
3.3.3.	Impossibilidade de aplicação da <i>mutatio libelli</i> em grau recursal	207

4

DAS NULIDADES 209

4.1.	SISTEMA DA TIPICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS	209
4.2.	CONCEITO DE NULIDADE	209
4.3.	NULIDADE ABSOLUTA E RELATIVA	209
4.3.1.	Nulidades absolutas.....	209
4.3.2.	Nulidades relativas.....	209
4.4.	VÍCIOS PROCESSUAIS – ART. 564 DO CPP	210
4.4.1.	Jurisdição e Competência – Art. 564, inciso I, do CPP	210
4.4.2.	Ilegitimidade da Parte - Art. 564, inciso II, do CPP	210
4.4.3.	Falta de Atos Essenciais (Falta de Fórmulas ou Termos) – Art. 564, inciso III, do CPP.....	210
4.5.	REGULARIZAÇÃO DA FALTA OU NULIDADE DA CITAÇÃO, INTIMAÇÃO OU NOTIFICAÇÃO – ART. 570 DO CPP.....	212

5

REFORMATIO IN PEJUS 213

5.1.	INTRODUÇÃO	213
5.2.	RECURSO DA ACUSAÇÃO	213
5.3.	RECURSO DA DEFESA.....	213
5.4.	REFORMATIO IN PEJUS DIRETA.....	214
5.5.	REFORMATIO IN PEJUS INDIRETA	214

PARTE IV – TEMAS DE DIREITO MATERIAL

CONTEÚDOS IMPRESCINDÍVEIS

1

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA 219

1.1.	INTRODUÇÃO	219
1.2.	REQUISITOS.....	219
1.2.1.	Requisitos objetivos	220
1.2.2.	Requisitos subjetivos.....	220
1.3.	PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA EM ESPÉCIE	221
1.4.	COMO PODE CAIR	224

2

DO CRIME DOLOSO E CULPOSO 225

2.1.	DO CRIME DOLOSO	225
------	-----------------------	-----

2.1.1.	Dolo direto.....	225
2.1.2.	Dolo eventual	225
2.2.	DO CRIME CULPOSO	226
2.2.1.	Introdução.....	226
2.2.2.	Modalidades de culpa.....	226
2.2.3.	Culpa consciente	227
2.3.	COMO PODE CAIR	227
3		
ITER CRIMINIS		229
3.1.	CONCEITO.....	229
3.2.	COGITAÇÃO.....	229
3.3.	ATOS PREPARATÓRIOS	230
3.4.	EXECUÇÃO.....	230
3.5.	CONSUMAÇÃO	230
3.6.	COMO PODE CAIR	231
4		
TENTATIVA		233
4.1.	INTRODUÇÃO	233
4.2.	ELEMENTOS DA TENTATIVA.....	233
4.3.	PUNIBILIDADE E CRITÉRIO PARA REDUÇÃO DA PENA.....	234
4.4.	COMO PODE CAIR	234
5		
DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ		235
5.1.	INTRODUÇÃO	235
5.2.	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA.....	235
5.3.	ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	236
5.4.	REQUISITOS.....	236
5.5.	CONSEQUÊNCIA.....	237
5.6.	COMO PODE CAIR	238
6		
ARREPENDIMENTO POSTERIOR		239
6.1.	INTRODUÇÃO	239
6.2.	REQUISITOS.....	239
6.3.	CRITÉRIO PARA REDUÇÃO DA PENA	240
6.4.	COMO PODE CAIR	240
6.5.	REPARAÇÃO DO DANO OU RESTITUIÇÃO DA COISA EM SITUAÇÕES ESPECÍFICAS	240
7		
CRIME IMPOSSÍVEL		241
7.1.	INTRODUÇÃO	241
7.2.	CRIME IMPOSSÍVEL POR INEFICÁCIA ABSOLUTA DO MEIO.....	241
7.3.	CRIME IMPOSSÍVEL POR IMPROPRIEDADE ABSOLUTA DO OBJETO.....	241
7.4.	COMO PODE CAIR	242

8

ERRO DE TIPO	243
8.1. ERRO DE TIPO ESSENCIAL	243
8.1.1. Introdução.....	243
8.1.2. Erro de tipo invencível, inevitável ou escusável.....	244
8.1.3. Erro de tipo vencível, evitável ou inescusável	244
8.1.4. Como pode cair	245
8.2. ERRO DE TIPO ACIDENTAL.....	246
8.2.1. Erro sobre objeto	246
8.2.2. Erro sobre pessoa.....	246
8.2.2.1. Consequência.....	247
8.2.2.2. Como pode cair	247
8.2.3. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	248
8.2.3.1. Introdução	248
8.2.3.2. <i>Aberratio ictus</i> com unidade simples.....	248
8.2.3.3. <i>Aberratio ictus</i> com resultado duplo.....	249
8.2.3.4. Como pode cair	249
8.2.4. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i>).....	249
8.2.4.1. Conceito.....	249
8.2.4.2. Espécies.....	250
8.2.4.3. Como pode cair	250

9

AS CAUSAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE	251
9.1. INTRODUÇÃO	251
9.2. ESTADO DE NECESSIDADE	251
9.2.1. Conceito.....	251
9.2.2. Requisitos	252
9.2.3. Causa de diminuição da pena	253
9.2.4. Excesso.....	254
9.3. LEGÍTIMA DEFESA	254
9.3.1. Conceito.....	254
9.3.2. Requisitos	254
9.3.3. Excesso.....	256
9.4. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	256
9.4.1. Conceito.....	256
9.4.2. Destinatário da excludente	257
9.4.3. Dever legal.....	257
9.5. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.....	257
9.5.1. Conceito.....	257
9.5.2. Alcance.....	257
9.5.3. Algumas hipóteses de exercício regular de um direito.....	257
9.6. COMO PODE CAIR	258

10

DAS CAUSAS EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE	259
10.1. INTRODUÇÃO	259
10.2. INIMPUTABILIDADE.....	260

10.2.1. Introdução.....	260
10.2.2. Da imputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	260
10.2.2.1. Consequências do reconhecimento da imputabilidade.....	261
10.2.3. Da imputabilidade por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior	261
10.3. MENORIDADE PENAL	262
10.4. FALTA DE POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE – ERRO DE PROIBIÇÃO.....	262
10.4.1. Introdução.....	262
10.4.2. Erro de proibição.....	263
10.4.3. Efeitos: erro de proibição inevitável e evitável	263
10.4.4. Diferença entre erro de tipo e erro de proibição	265
10.5. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	265
10.5.1. Introdução.....	265
10.5.2. Coação moral irresistível	265
10.5.3. Obediência hierárquica.....	266
10.6. COMO PODE CAIR	267

11

TEORIA DA PENA	269
11.1. INTRODUÇÃO	269
11.2. DA FIXAÇÃO DA PENA	269
11.2.1. Primeira fase – Fixação da pena-base e circunstâncias judiciais.....	270
11.2.2. Segunda fase da fixação da pena.....	271
11.2.2.1. Circunstâncias agravantes.....	271
11.2.2.1.1. Da reincidência.....	272
11.2.2.2. Circunstâncias atenuantes	274
11.2.3. Concurso de Circunstâncias Agravantes e Atenuantes Genéricas	277
11.2.3.1. Introdução	277
11.2.3.2. Concurso entre reincidência e confissão espontânea.....	277
11.2.3.3. Concurso entre reincidência e menoridade relativa.....	278
11.2.4. Terceira fase da aplicação da pena: causas de aumento e de diminuição da pena	278
11.2.4.1. Diferença entre causas de aumento e circunstâncias qualificadoras	278
11.3. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA.....	279
11.3.1. Crimes apenados com reclusão	279
11.3.2. Crimes apenados com detenção.....	280
11.3.3. Regime inicial nos crimes hediondos e equiparados.....	280
11.4. DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	280
11.4.1. Natureza jurídica.....	280
11.4.2. Requisitos objetivos	280
11.4.2.1. Em relação aos crimes dolosos.....	280
11.4.2.2. Em relação aos crimes culposos	281
11.4.3. Requisitos subjetivos.....	282
11.4.4. Substituição da pena restritiva x tráfico ilícito de entorpecentes	283
11.5. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (SURSI)	283
11.5.1. Conceito.....	283
11.5.2. Requisitos objetivos	283
11.5.3. Requisitos subjetivos.....	284

12

DA PRESCRIÇÃO	285
12.1. CONCEITO.....	285

12.2. ESPÉCIES DE PRESCRIÇÃO.....	285
12.3. EFEITOS DA PRESCRIÇÃO.....	286
12.4. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.....	287
12.4.1. Prescrição da pretensão punitiva em abstrato ou propriamente dita.....	287
12.4.1.1. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva em abstrato	287
12.4.1.2. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva em abstrato	288
12.4.1.3. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	289
12.4.1.4. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva em abstrato	291
12.4.2. Prescrição da pretensão punitiva retroativa	296
12.4.2.1. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva retroativa	297
12.4.2.2. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes diversos do Procedimento do Tribunal do Júri	297
12.4.2.3. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes do Procedimento do Tribunal do Júri	299
12.4.3. Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente.....	300
12.4.3.1. Pressupostos	300
12.4.3.2. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva superveniente.....	301
12.4.3.3. Hipótese de incidência da prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente	301
12.5. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.....	302
12.5.1. Termos iniciais.....	302
12.5.2. Causas interruptivas.....	303
12.5.3. Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional	304
12.5.4. Algumas hipóteses de incidência da prescrição da pretensão executória	305

CONTEÚDOS MUITO RELEVANTES

13

DO CONCURSO DE PESSOAS 309

13.1. CONCEITO.....	309
13.2. DA AUTORIA.....	309
13.3. DA PARTICIPAÇÃO	310
13.3.1. Formas de participação.....	310
13.3.2. Participação impunível.....	310
13.3.3. Participação posterior ao crime	310
13.4. REQUISITOS DO CONCURSO DE PESSOAS	311
13.5. PUNIBILIDADE DO CONCURSO DE PESSOAS	312
13.6. COMUNICABILIDADE DAS ELEMENTARES E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME	313
13.7. EFEITO EXTENSIVO	313

14

DO CONCURSO DE CRIMES 315

14.1. INTRODUÇÃO	315
14.2. CONCURSO MATERIAL.....	315
14.3. CONCURSO FORMAL.....	316
14.4. CONCURSO MATERIAL BENÉFICO	317
14.5. CRIME CONTINUADO.....	317

15

DO CONFLITO APARENTE DE NORMAS 319

15.1. INTRODUÇÃO	319
15.2. CONFLITO APARENTE DE NORMAS X CONCURSO DE CRIMES.....	319
15.3. PRINCÍPIOS PARA DIRIMIR O CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	320
15.3.1. Princípio da especialidade.....	320
15.3.2. Princípio da subsidiariedade	320
15.3.2.1. Subsidiariedade expressa.....	320
15.3.2.2. Subsidiariedade tácita.....	321
15.3.3. Princípio da consunção ou da absorção	321
15.3.3.1. Introdução	321
15.3.3.2. Hipóteses de incidência do princípio da consunção.....	322
15.3.4. Princípio da alternatividade	323

CONTEÚDOS RELEVANTES

16

CRIMES OMISSIVOS 327

16.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	327
16.2. CRIMES OMISSIVOS PRÓPRIOS.....	327
16.3. CRIMES OMISSIVOS IMPRÓPRIOS OU COMISSIVOS POR OMISSÃO	327
16.3.1. Introdução.....	327
16.3.2. Pressupostos.....	328
16.3.3. Hipóteses do dever de agir para evitar o resultado.....	328

17

DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE OU NEXO CAUSAL 331

17.1. CONCEITO.....	331
17.2. ESPÉCIES	331
17.2.1. Causas absolutamente independentes	331
17.2.1.1. Consequências das causas absolutamente independentes	332
17.2.2. Causas relativamente independentes.....	333
17.2.2.1. Efeitos das causas relativamente independentes.....	335
17.2.2.2. Efeitos das causas supervenientes que se encontram dentro da linha do desdobramento da conduta.....	335

18

DESCRIMINANTES PUTATIVAS 337

18.1. INTRODUÇÃO	337
18.2. ESPÉCIES	337
18.3. CONSEQUÊNCIAS.....	338
18.4. SÍNTESE.....	339

19

ERRO PROVOCADO POR TERCEIRO

341

20

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

343

20.1. INTRODUÇÃO	343
20.2. CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE PREVISTAS NO ART. 107 DO CP	343
20.3. CAUSAS DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DO ART. 107 DO CP	344
20.3.1. Morte do agente	344
20.3.2. Da anistia, graça e indulto	344
20.3.3. Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso (<i>abolitio criminis</i>)	345
20.3.4. Prescrição, decadência e perempção	345
20.3.4.1. Decadência	345
20.3.4.2. Perempção	345
20.3.5. Da renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação penal privada	346
20.3.5.1. Renúncia ao direito de queixa	346
20.3.5.2. Perdão do ofendido	347
20.3.6. Da retratação do agente	347
20.3.7. Perdão judicial	348
20.3.7.1. Conceito	348
20.3.7.2. Natureza jurídica	348
20.3.7.3. Extensão	348

PARTE V – PROCEDIMENTO DO JÚRI E PEÇAS PROCESSUAIS DO JÚRI

1

PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI

351

1.1. INTRODUÇÃO	351
-----------------------	-----

2

RESPOSTA À ACUSAÇÃO NO PROCEDIMENTO DO JÚRI

353

2.1. IDENTIFICAÇÃO	353
2.2. BASE LEGAL	353
2.3. PRAZO	353
2.4. PEÇA OBRIGATÓRIA	353
2.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	353
2.6. PEDIDO	354
2.7. ESTRUTURA	354
2.8. PEÇA RESOLVIDA	354

3

MEMORIAIS

357

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	357
3.2. IDENTIFICAÇÃO	357
3.3. BASE LEGAL	358
3.4. PRAZO	358
3.5. DO DIREITO/TESES	358

3.6. DO PEDIDO.....	361
3.7. ESTRUTURAÇÃO	362
3.8. PEÇA RESOLVIDA	362

4

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA	365
---	-----

4.1. INTRODUÇÃO	365
4.2. IDENTIFICAÇÃO	365
4.3. BASE LEGAL	366
4.4. PRAZO.....	366
4.5. DO DIREITO/TESES.....	366
4.6. DO PEDIDO.....	370
4.7. ESTRUTURA DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA.....	370
4.8. PEÇA RESOLVIDA.....	371

5

SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI	375
---	-----

5.1. PREPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO JÚRI.....	375
5.2. DESAFORAMENTO: ART. 427, CPP	375
5.2.1. Conceito.....	375
5.2.2. Interesse da ordem pública.....	375
5.2.3. Dúvida sobre a imparcialidade do júri.....	375
5.2.4. Segurança pessoal do réu.....	375
5.2.5. Iniciativa do desaforamento	375
5.2.6. Suspensão do julgamento pelo relator.....	376
5.2.7. Inadmissibilidade do pedido de desaforamento.....	376
5.2.8. Excesso de serviço: art. 428, CPP	376
5.3. AUSÊNCIA DO DEFENSOR: ART. 456, CPP	376
5.4. AUSÊNCIA DO ACUSADO: ART. 457, CPP.....	376
5.5. IMPRESCINDIBILIDADE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA: ART. 461, CPP.....	376
5.6. SUSPENSÃO DOS TRABALHOS PARA CONDUÇÃO COERCITIVA OU ADIAMENTO DA SESSÃO	376
5.7. INFRUTÍFERA CONDUÇÃO COERCITIVA.....	376
5.8. REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO, INDEPENDENTEMENTE DA INQUIRIRIÇÃO DE TESTEMUNHA ARROLADA.....	377
5.9. PREPARO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA: ART. 462, CPP.....	377
5.10. ABERTURA DOS TRABALHOS: ART. 463, CPP	377
5.11. AUSÊNCIA DE QUÓRUM: ART. 464, CPP.....	377
5.12. REUNIÃO PRÉVIA DO JUIZ COM OS JURADOS: ART. 466, CPP.....	377
5.12.1. Conceito.....	377
5.12.2. Incomunicabilidade dos jurados	377
5.12.3. Manifestação da opinião acerca do processo	377
5.12.4. Fiscalização da incomunicabilidade durante o julgamento	378
5.12.5. Certidão do oficial de justiça	378
5.13. FORMAÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA: ART. 467, CPP.....	378
5.14. RECUSAS MOTIVADAS E IMOTIVADAS: ART. 468, CPP	378
5.15. SEPARAÇÃO DO JULGAMENTO: ART. 469, CPP	378
5.16. ARGUIÇÃO DE IMPEDIMENTO, SUSPEIÇÃO OU INCOMPATIBILIDADE: ART. 470, CPP	379
5.17. ESTOURO DA URNA: ART. 471, CPP	379
5.18. INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO: ART. 473, CPP	379
5.19. INTERROGATÓRIO DO ACUSADO: ART. 474, CPP	379
5.20. DOS DEBATES: ART. 476, CPP.....	380
5.20.1. Correlação entre acusação e pronúncia.....	380
5.20.2. Manifestação inicial do querelante	380

5.21. LIMITE DE TEMPO PARA AS PARTES: ART. 477, CPP	380
5.22. REFERÊNCIAS PROIBIDAS: ART. 478, CPP	380
5.23. DO QUESTIONÁRIO E SUA VOTAÇÃO: ARTS. 482 E 483, CPP	380
5.24. SENTENÇA: ART. 492, CPP	381
5.25. EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA NO JÚRI: ART. 492, INCISO I, ALÍNEA “E”, 2ª PARTE, CPP	382

6

APELAÇÃO DAS DECISÕES DO PLENÁRIO DO JÚRI	383
6.1. IDENTIFICAÇÃO	383
6.2. BASE LEGAL	383
6.3. PRAZO	383
6.4. DO DIREITO/TESES	384
6.5. PEDIDO	385
6.6. ESTRUTURAÇÃO	385
6.7. PEÇA RESOLVIDA	386

PARTE VI – TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL

1

TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL	391
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	391
1.1. Aplicação da Lei de Execução Criminal	391
1.2. Princípio da individualização da pena: Art. 5º, inciso XLVI, CF/88 – fase executória	392
2. DETRAÇÃO PENAL	392
2.1. Conceito	392
3. REGIMES PRISIONAIS E MODIFICAÇÃO DO REGIME DURANTE A EXECUÇÃO DA PENA	392
3.1. Considerações gerais	392
4. UNIFICAÇÃO DE PENAS	393
4.1. Considerações gerais	393
5. REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO: ART. 52, LEP	394
5.1. Alterações significativas ocorreram em virtude da aplicação da Lei nº 13.964/19 (Pacote Anticrime)	394
6. PROGRESSÃO DE REGIME	395
6.1. Introdução	395
6.2. Requisitos para Progressão de Regime	395
6.3. Falta grave e Progressão de Regime	397
6.4. Progressão de Regime especial para mulheres	398
6.5. Progressão para o regime aberto	398
6.6. Progressão de regime e crimes contra administração pública	398
6.7. Exame criminológico	398
7. REGRESSÃO DE REGIME	399
7.1. Considerações gerais	399
8. PRISÃO DOMICILIAR	400
8.1. Considerações gerais	400
9. REMIÇÃO DA PENA	400
9.1. Considerações gerais	400

10.	PERMISSÃO DE SAÍDAS E SAÍDA TEMPORÁRIA.....	401
10.1.	Considerações gerais	401
11.	MONITORAÇÃO ELETRÔNICA.....	401
11.1.	Considerações gerais	401
12.	LIVRAMENTO CONDICIONAL	402
12.1.	Introdução.....	402
12.2.	Requisitos	402
12.2.1.	Requisitos objetivos.....	402
12.2.2.	Requisitos subjetivos	403
12.3.	Hipóteses de revogação do Livramento Condicional	403
12.4.	Suspensão do Livramento Condicional	403
12.5.	Extinção do Livramento Condicional	404

2

AGRAVO EM EXECUÇÃO	405
---------------------------	-----

2.1.	IDENTIFICAÇÃO	405
2.2.	BASE LEGAL	405
2.3.	PRAZO.....	405
2.4.	CONTEÚDO/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	406
2.5.	EFEITOS.....	406
2.6.	PEDIDO	406
2.7.	ESTRUTURA.....	406
2.8.	PEÇA RESOLVIDA.....	407

PARTE VII – TEMAS DE PRISÃO PROCESSUAL

1

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	413
------------------------------	-----

1.1.	INTRODUÇÃO	413
1.2.	DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....	413

2

PRISÃO EM FLAGRANTE	415
----------------------------	-----

2.1.	INTRODUÇÃO	415
2.2.	ESPÉCIES DE FLAGRANTE	415
2.3.	OUTRAS VARIAÇÕES DAS ESPÉCIES DE PRISÃO EM FLAGRANTE	416
2.4.	PROCEDIMENTO PARA A LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	418
2.5.	GARANTIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DO PRESO	419
2.6.	PROVIDÊNCIAS JUDICIAIS AO RECEBER O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	420
2.6.1.	Relaxamento da prisão	421
2.6.1.1.	Identificação	421
2.6.1.2.	Base legal.....	421
2.6.1.3.	Conteúdo	421
2.6.1.4.	Estrutura da peça relaxamento de prisão	422
2.6.1.5.	Peça resolvida.....	422
2.6.2.	Liberdade provisória	424
2.6.2.1.	Introdução	424
2.6.2.2.	Identificação	424

2.6.2.3.	Base legal.....	424
2.6.2.4.	Conteúdo	424
2.6.2.5.	Liberdade provisória x tráfico ilícito de entorpecentes.....	425
2.6.2.6.	Liberdade provisória x proibição do art. 310, § 2º, CPP	426
2.6.2.7.	Estruturação.....	426
2.6.2.8.	Peça resolvida.....	426

3

PRISÃO PREVENTIVA 429

1.	CONCEITO.....	429
2.	LEGITIMAÇÃO	429
3.	PRESSUPOSTOS	430
3.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	430
3.2.	<i>Periculum libertatis</i> : Perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.....	430
4.	CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA.....	432
5.	FUNDAMENTAÇÃO	433
6.	REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA	434
6.1.	Identificação.....	434
6.2.	Base legal	434
6.3.	Conteúdo.....	434
6.4.	Estrutura	434
6.5.	Peça resolvida	435
7.	RELAXAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA.....	437
7.1.	Identificação.....	437
7.2.	Base legal	437
7.3.	Conteúdo.....	437
7.4.	Estrutura de pedido de relaxamento da prisão preventiva.....	437

4

PRISÃO TEMPORÁRIA 439

1.	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	439
2.	HIPÓTESES PARA A DECRETAÇÃO	439
3.	HIPÓTESES	439
4.	DECRETAÇÃO POR AUTORIDADE JUDICIAL.....	440
5.	PRAZO.....	440
6.	PROCEDIMENTO.....	440
7.	REVOGAÇÃO DA PRISÃO TEMPORÁRIA	441
7.1.	Identificação.....	441
7.2.	Base legal	441
7.3.	Conteúdo.....	441
7.4.	Estrutura de pedido de revogação da prisão temporária.....	441
8.	RELAXAMENTO DA PRISÃO TEMPORÁRIA	442
8.1.	Introdução.....	442
8.2.	Base legal	442
8.3.	Identificação.....	442
8.4.	Conteúdo.....	442
8.5.	Estrutura de pedido de relaxamento da prisão temporária.....	443

PARTE VIII – AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1

HABEAS CORPUS 447

1.1. CONCEITO.....	447
1.2. BASE LEGAL	447
1.3. ESPÉCIES	447
1.4. LEGITIMIDADE ATIVA	447
1.5. LEGITIMIDADE PASSIVA.....	447
1.6. ADMISSIBILIDADE.....	447
1.7. COMPETÊNCIA.....	448
1.8. JULGAMENTO E EFEITOS.....	449
1.9. ESTRUTURA DO <i>HABEAS CORPUS</i>	449
1.10. PEÇA RESOLVIDA.....	449

2

REVISÃO CRIMINAL 451

2.1. INTRODUÇÃO	451
2.2. IDENTIFICAÇÃO	451
2.3. BASE LEGAL	451
2.4. CABIMENTO/CONTEÚDO	451
2.5. REVISÃO E EXTINÇÃO DA PENA	452
2.6. LEGITIMIDADE	452
2.7. ÓRGÃO COMPETENTE PARA O JULGAMENTO DA REVISÃO CRIMINAL	453
2.8. LIMINAR	453
2.9. PEDIDOS.....	453
2.10. ESTRUTURA DA REVISÃO CRIMINAL	453
2.11. PEÇA RESOLVIDA.....	454

3

MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL 457

3.1. CONCEITO.....	457
3.2. IDENTIFICAÇÃO	457
3.3. BASE LEGAL	458
3.4. PRAZO.....	458
3.5. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA	458
3.6. COMPETÊNCIA.....	458
3.7. ESTRUTURA.....	458
3.8. PEÇA RESOLVIDA.....	459

PARTE IX – TREINAMENTO DE PEÇAS

TREINAMENTO DE PEÇAS 463

1. QUEIXA-CRIME	463
2. RESPOSTA À ACUSAÇÃO	471
3. MEMORIAIS	478
4. RECURSO DE APELAÇÃO	485
5. CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO.....	492

6.	MEMORIAIS DO PROCEDIMENTO DO JÚRI	500
7.	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA	507
8.	AGRAVO EM EXECUÇÃO	514
9.	REVISÃO CRIMINAL	521
10.	RELAXAMENTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	528
11.	APELAÇÃO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO NO PROCEDIMENTO DO JÚRI.....	535
12.	APELAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	542
13.	EMBARGOS INFRINGENTES.....	549
14.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	556
15.	LIBERDADE PROVISÓRIA.....	563
16.	REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA	570
17.	DEFESA PRELIMINAR – FUNCIONÁRIO PÚBLICO.....	577
18.	DEFESA PRELIMINAR – LEI DE DROGAS.....	584
19.	CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	591
20.	RAZÕES DE APELAÇÃO	598
21.	CONTRARRAZÕES DE AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	605
22.	CONTRARRAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	612

PARTE X – TREINAMENTO DE QUESTÕES

TREINAMENTO DE QUESTÕES	621
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES.....	621
QUESTÕES SOBRE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	622
QUESTÕES SOBRE AÇÃO PENAL.....	626
QUESTÕES SOBRE PROCEDIMENTOS/JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.....	630
QUESTÕES SOBRE CITAÇÃO	632
QUESTÕES SOBRE COMPETÊNCIA.....	636
QUESTÕES SOBRE NULIDADES.....	642
QUESTÕES SOBRE PROVAS.....	646
QUESTÕES SOBRE <i>REFORMATIO IN PEJUS</i>	668
QUESTÕES SOBRE PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	672
QUESTÕES SOBRE NEXO DE CAUSALIDADE	676
QUESTÕES SOBRE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	680
QUESTÕES SOBRE ARREPENDIMENTO POSTERIOR	684
QUESTÕES SOBRE ERRO DE TIPO	690
QUESTÕES SOBRE CAUSAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE	702
QUESTÕES SOBRE CAUSAS EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE	704
QUESTÕES SOBRE CONCURSO DE PESSOAS.....	708
QUESTÕES SOBRE PRESCRIÇÃO.....	722
QUESTÕES SOBRE RECURSOS	732
QUESTÕES SOBRE PROCEDIMENTO DO JÚRI.....	748
QUESTÕES SOBRE PRISÃO.....	770
QUESTÕES SOBRE REVISÃO CRIMINAL	786
QUESTÕES SOBRE <i>HABEAS CORPUS</i>	790
QUESTÕES SOBRE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	792
QUESTÕES SOBRE CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	808
QUESTÕES SOBRE CRIMES DE TRÂNSITO	810
QUESTÕES SOBRE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E COLABORAÇÃO PREMIADA.....	812

PARTE XI – PADRÃO DE RESPOSTAS DAS PEÇAS

PADRÃO DE RESPOSTAS DAS PEÇAS	825
--------------------------------------	-----

PARTE XIII – PADRÕES DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES

PADRÕES DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES	927
QUESTÕES SOBRE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	927
QUESTÕES SOBRE AÇÃO PENAL.....	930
QUESTÕES SOBRE PROCEDIMENTOS/JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.....	932
QUESTÕES SOBRE CITAÇÃO	933
QUESTÕES SOBRE COMPETÊNCIA.....	935
QUESTÕES SOBRE NULIDADES.....	938
QUESTÕES SOBRE PROVAS.....	940
QUESTÕES SOBRE <i>EMENDATIO LIBELLI</i> E <i>MUTATIO LIBELLI</i>	948
QUESTÕES SOBRE <i>REFORMATIO IN PEJUS</i>	951
QUESTÕES SOBRE PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	953
QUESTÕES SOBRE NEXO DE CAUSALIDADE	955
QUESTÕES SOBRE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	957
QUESTÕES SOBRE ARREPENDIMENTO POSTERIOR	959
QUESTÕES SOBRE ERRO DE TIPO	963
QUESTÕES SOBRE CAUSAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE	969
QUESTÕES SOBRE CAUSAS EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE	970
QUESTÕES SOBRE CONCURSO DE PESSOAS	972
QUESTÕES SOBRE PRESCRIÇÃO	981
QUESTÕES SOBRE RECURSOS	986
QUESTÕES SOBRE PROCEDIMENTO DO JÚRI	995
QUESTÕES SOBRE PRISÃO	1007
QUESTÕES SOBRE REVISÃO CRIMINAL	1016
QUESTÕES SOBRE <i>HABEAS CORPUS</i>	1019
QUESTÕES SOBRE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1020
QUESTÕES SOBRE CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1028
QUESTÕES SOBRE CRIMES DE TRÂNSITO	1029
QUESTÕES SOBRE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E COLABORAÇÃO PREMIADA.....	1030
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 1037